



# **Contra o estado penal repressor: Construir a solidariedade internacional e fortalecer os processos de resistência frente à criminalização dos povos em luta**

📅 2 de novembro de 2018



Com a necessidade de reestruturação global do sistema capitalista surge um novo ciclo de aumento da repressão e de ataques contra os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro. Buscando um novo arranjo para garantir os altos lucros dos capitalistas e destruir direitos sociais conquistados, os Estados Nacionais elaboram e aplicam novas políticas repressivas e de investimento em material bélico e do ponto de vista jurídico, paulatinamente, fazem reformas que excluem os parques direitos outrora conquistados pela classe trabalhadora.

No Brasil, com a aplicação do projeto neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores (PT) enxergamos o aumento expressivo da repressão com a perseguição à quilombolas, indígenas, moradores de favelas e camponeses, principalmente aqueles que estavam no caminho das grandes obras de infraestrutura ou dos Grandes Eventos (Copa do mundo e Olimpíadas), que foram o carro chefe dessa política do governo. Houve o desenvolvimento de um grande aparato repressor penal com a criação da Força Nacional de Segurança (2004); a promulgação da lei Antidrogas (2006); a militarização das favelas e periferias, com programas como as UPPs no Rio de Janeiro (2008), as Bases Comunitárias de Segurança na Bahia (2011) e as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas pelas Forças

Essas medidas têm como objetivos: ampliar a repressão, encarceramento e o genocídio daquelas frações proletárias consideradas potencialmente mais perigosas, o povo negro e a juventude das periferias e favelas; criminalizar e condenar todas as formas de luta e resistência do povo; antecipar e reprimir, enquanto medidas de contrainsurgência, novos levantes do proletariado marginal.

Com o Levante de 2013, a criminalização das formas de luta e resistência do povo assumiu uma nova etapa gerando prisões em massa e assassinatos contra quem nem participava das manifestações, como é o caso dos 11 moradores da Maré, mortos durante uma ação policial para conter uma manifestação próxima à favela. Rafael Braga, jovem negro morador da Vila Cruzeiro, foi preso no dia 20 de junho de 2013, sem sequer ter participado de qualquer manifestação, e condenado por “porte de material explosivo”, embora o que ele tivesse fossem produtos de limpeza). Além dos 23 militantes que se tornaram presos políticos para garantir a Copa do Mundo. No campo brasileiro, a situação se tornou mais expressiva com a alta taxa de ataques contra os povos indígenas no seu processo de retomada de terras e contra camponeses que lutam pelo direito à terra.

O levante proletário de junho de 2013 e os movimentos de protesto e greves que se seguiram foram verdadeiras ameaças à ordem e aos poderes constituídos. O movimento de massas foi para as ruas em todo o país. Protestou em frente aos órgãos do poder do Estado burguês. Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Palácios de Governos, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional foram cercados pelo povo. As manifestações de massa, as ocupações, as ações diretas, a autodefesa do bloco negro ao lado das barricadas, são parte das lutas insurgentes do proletariado. Tudo isso esteve presente em junho de 2013 e, desde então, está assombrando as classes dominantes.

Por isso, o Estado Penal e Repressor recrudesciu. Por isso os 23 são hoje condenados. A ampliação do aparato jurídico-repressor é uma resposta de contrainsurgência. A burguesia e seus aliados temem uma nova rebelião popular.

Em Portugal, há dois pilares nos quais o estado assenta uma relativa “paz social”, o primeiro, a repressão, com o aumento de violência por parte da polícia, explicitada em intervenções nos

garantia da paz e segurança. Este têm estado tão enraizado no seio da classe trabalhadora que a agitação provocada pelos setores da esquerda e autónomos é cooptada. O segundo pilar, o Estado Social, que recrudescer com a rotatividade entre os partidos do poder, tem um papel maior desde o final do governo do Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS-PP) em 2015, pautado pelas políticas de austeridade que levaram o povo entusiasticamente às ruas. O novo governo nacional-desenvolvimentista do Partido Socialista, com o apoio da esquerda parlamentar, conseguiu a desmobilização das lutas sindicais e de várias organizações aparelhadas a esses partidos, que modelaram sua retórica ao diálogo institucional. Também estes se tem tentado desresponsabilizar pela atual crise habitacional. É um momento em que as fugazes e ilusórias conquistas sociais são dadas com uma mão e retiradas com outra, em que por cada apoio social há uma taxa que sobe ou outro apoio que desce, atingindo desproporcionalmente as classes populares.

A actuação policial é xenófoba e violenta contra os moradores das periferias, principais atores das lutas sociais. Desde 1995 têm sido reportadas diversas queixas contra elementos da PSP e GNR por agressões físicas a negros, negras e romani. Em 2015, jovens da Cova da Moura, na Amadora, foram acusados de invadir a Esquadra de Alfragide, saindo brutalmente agredidos pelas forças policiais. Nesse mesmo ano, foram registadas 248 queixas por agressões racistas e discriminatórias por polícias. Também, no início de 2018, o corpo da GNR invadiu um acampamento onde viviam autorizadamente mais de 30 pessoas de etnia cigana, desmantelando-o através de agressões e ameaças com armas de fogo.

Quanto à habitação as políticas estatais, como a aprovação da lei dos arrendamentos de 2012, facilitam os processos de higienização das cidades, aliando-se aos interesses do mercado. O programa especial de realojamento de 1993 vem sendo implementado até aos dias de hoje, e desencadeou progressivas demolições de bairros auto-construídos como o 6 de Maio (Amadora). Neste contexto, são diversas as denúncias de medidas repressivas, e a ação violenta agrava-se quando as casas não estão atribuídas à família alojada.

Em 2011, a Escola Básica do Alto Fontinha, no Porto, abandonada desde 2006, foi ocupada e criou-se um espaço de dinâmica comunitária, com o funcionamento do projeto Es.Col.A – Espaço Coletivo Autogestionado. Seguiu-se um processo contraditório com a Câmara Municipal, fato que resultou em mais de uma ação policial de desocupação. Em 2018, assistimos também a um despejo sem notificação prévia em Lisboa, de um prédio ocupado

O povo já entendeu há muito tempo que é só ir para a rua protestar que a repressão policial chega rapidamente e com muita violência. Por isso, inventou várias formas de se autodefender, e a tática do bloco negro é uma delas. Mas para a ordem e para os poderes constituídos um povo que se defende é um povo que não obedece, logo, ameaça o Estado e a burguesia. Como se vê, não se trata somente de uma condenação de 23 indivíduos, mas sim de uma condenação contra o conjunto de meios e formas de luta históricos do povo. É a condenação das ocupações, das ações diretas, da autodefesa do bloco negro, do questionamento dos poderes constituídos, enfim, da rebeldia popular. Para as classes dominantes lutar é crime e para nós lutar é questão de sobrevivência!

Na América Latina, assim como na Europa, a repressão se desenvolve como um dos campos prioritários das políticas do Estado. Desaparecimentos em massa como os casos dos 43 estudantes mexicanos de Ayotzinapa, ou individuais, como caso do argentino Santiago Maldonado que dois meses depois de seu desaparecimento foi encontrado morto após a dispersão policial de uma mobilização no território Mapuche, ou o caso de Amarildo, morador da Rocinha que foi assassinato e teve o cadáver ocultado pelos agentes da Polícia do Rio de Janeiro.

Na Europa a repressão estatal frente à rebeldia popular mostra-se crescente. A ascensão da direita tanto extrema, como conservadora têm não só resultado na disseminação de discursos discriminatórios (de âmbito racista, xenófobo e misógino), como também da expansão de ataques a toda a classe trabalhadora, com a aprovação de leis: em França a lei antiterrorista aprovada pelo governo de Macron em 2017, em Espanha a lei Mordaza de 2015 e o reforço das leis anti-imigração na Hungria e em Itália.

A Lei Mordaza constituiu um retrocesso no Estado Espanhol no direito de manifestação. Mascarada de “Segurança cidadã” proíbe manifestações diante do Congresso e Assembleias estaduais, a publicação de fotos e vídeos que denunciem ou mostrem polícias, tentar impedir despejos ou protestar em edifícios e monumentos públicos. A violência policial é brutal, sobretudo nos protestos na Catalunha. As intervenções dos “Mossos d’Esquadra” terminaram em dezenas de detidos, feridos ou mortes.

Outro caso foi o de Londres, 2009, das manifestações anticapitalistas durante o G20 que reprimidas com a tática policial “kettling” e terminaram num morto. Durante a inauguração da nova sede do Banco Central Europeu, no ano de 2014, os confrontos entre polícias e manifestantes terminaram em 350 detenções e 35 feridos. Na França, 2015, os ataques terroristas levaram à proibição das manifestações, que aconteceram na mesma e foram fortemente reprimidas, sobretudo quando as forças policiais recorriam a disparos de bombas de gás lacrimogêneo.

O próximo ciclo aponta para o aumento das táticas de repressão que vão desde a dispersão violenta de manifestantes ao assassinato de militantes políticos. É necessário apresentarmos resistência frente aos diversos ataques que vêm se projetando contra o povo e aprofundar os processos de solidariedade internacional, essa é uma importante arma para combater os ataques dos Estados e dos Patrões! A condenação dos 23 manifestantes no Brasil alerta-nos para como todo o mecanismo repressivo crescente do estado e da burguesia age contra todos os trabalhadores e trabalhadoras, contra negros e negras, contra ciganos e ciganas, contra todos e todas as de baixo, que combatem o sistema capitalista e a exploração.

Nós da RECC e da RELL, estaremos construindo em cada local onde estamos inseridos, atividades para fortalecer a solidariedade, impulsionando ações que são formas de resistirmos contra esse Estado repressor e independente do local, do estado e do País que estamos sabemos que o alvo é mesmo: O POVO!

Liberdade aos 23!

Liberdade para Rafael Braga!

Rede Estudantil Classista e Combativa – RECC

Resistência Estudantil Luta e Liberdade – RELL